



EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SILVES

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS
2025-2029

ÍNDICE

1.	Contexto normativo	1
2.	Método de planeamento e definição estratégica.....	3
3.	Enquadramento Pedagógico da Educação para a Cidadania	3
4.	Domínios, Temas e Aprendizagens por Ciclo e Ano de Escolaridade.....	4
5.	Parcerias	6
6.	Avaliação das aprendizagens dos alunos	7
7.	Avaliação da Estratégia de Educação para a Cidadania	8

1. CONTEXTO NORMATIVO

Uma Educação de qualidade constitui um direito básico de todas as pessoas e representa também um investimento essencial para o futuro coletivo. Aprender a fazer escolhas conscientes é aprender a participar ativamente na vida democrática. A Educação é, por isso, a ferramenta mais poderosa ao alcance de uma comunidade.

A Educação para a Cidadania tem como objetivo fomentar a construção de cidadãos conscientes, responsáveis e solidários, que sejam capazes de agir de forma autónoma e de compreender e exercer os seus direitos e deveres, mantendo uma postura de respeito e diálogo com os outros. Esta área promove uma participação democrática baseada na valorização da diversidade, na reflexão crítica e na criatividade, orientando-se pelos princípios dos direitos humanos. A Educação para a Cidadania é assim um eixo essencial do processo educativo, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, responsáveis, solidários e participativos, constituindo-se como uma dimensão transversal de todas as aprendizagens e de toda a vivência escolar.

Os princípios ligados à cidadania encontram-se definidos na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro), que determina que a escola deve contribuir para o desenvolvimento global dos alunos, apoiando a construção da sua personalidade, das suas atitudes e do seu sentido de responsabilidade cívica. Por isso, é essencial estimular nos estudantes uma reflexão consciente sobre valores éticos, morais, espirituais, estéticos e sociais, incentivando a formação de uma postura cívica equilibrada e responsável.

A disciplina de Cidadania e Desenvolvimento constitui, neste contexto, um espaço curricular fundamental para promover aprendizagens com impacto em três dimensões complementares:

- O nível pessoal, associado à identidade enquanto cidadão, autonomia e direitos humanos;
- O nível relacional, baseado na comunicação e no diálogo com os outros;
- O nível social e intercultural, ligado à participação democrática, ao desenvolvimento sustentável, à compreensão da globalização e à promoção da paz e da resolução de conflitos.

Para a redefinição da Educação para a Cidadania, foi constituído um grupo de trabalho, com a missão de conceber uma Estratégia de Educação para a Cidadania (cf. Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio), a implementar nas escolas, que integra um

conjunto de competências e conhecimentos próprios desta área, em convergência com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) e com as Aprendizagens Essenciais, enquadrados e consolidados pelos Decreto-Lei n.º 55 e n.º 54/2018.

Os Princípios, as Áreas de Competência e os Valores estabelecidos no PASEO convergem para a formação do indivíduo enquanto cidadão participativo, dando início ao percurso de exercício da cidadania ao longo da vida. Paralelamente, as Aprendizagens Essenciais apresentam os conhecimentos, capacidades e atitudes a desenvolver por todos os alunos, de forma a promover o desenvolvimento das competências definidas no PASEO, no âmbito de um processo que incentiva a autonomia e a flexibilidade curricular.

A maior ênfase atribuída à Educação para a Cidadania está relacionada com a

necessidade de reforçar a formação cidadã, prevenindo fenómenos que impactam negativamente a sociedade em geral e que acarretam elevados custos para o desenvolvimento e progresso do país. A cidadania, entendida no seu sentido mais amplo, compreende um conjunto de direitos e deveres que devem ser trabalhados na educação de crianças e jovens, para que no futuro se tornem adultos com uma conduta cívica que valorize a igualdade nas relações interpessoais, a inclusão da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a promoção de valores e princípios associados à cidadania nacional. (cf. Preâmbulo do Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio).

A Estratégia de Educação para a Cidadania

deve consolidar-se, de modo que as crianças e jovens ao longo dos diferentes ciclos experienciem e adquiram competências e conhecimentos de cidadania em várias vertentes, designadamente, valores e conceitos de cidadania nacional, direitos humanos, igualdade de género, não discriminação, interculturalidade, inclusão das pessoas com deficiência, educação para a saúde, educação para os direitos sexuais e reprodutivos e educação rodoviária. (cf. Preâmbulo do Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio).

2. MÉTODO DE PLANEAMENTO E DEFINIÇÃO ESTRATÉGICA

A promoção da Educação para a Cidadania constitui um compromisso global da escola, que deve ser concretizado em estreita colaboração com as famílias e com a comunidade envolvente, atribuindo particular destaque a esta parceria. Esta abordagem deve estar integrada no currículo e refletir-se tanto nas atividades letivas como nas não letivas, bem como no funcionamento quotidiano da escola e na sua ligação ao meio, incentivando a inclusão e a participação ativa de todos.

A construção da Estratégia de Educação para a Cidadania implica que a comunidade escolar participe na escolha das áreas a trabalhar, de acordo com as orientações das matrizes curriculares.

A EECE baseia-se na troca de opiniões entre todos os membros da comunidade educativa, reunindo alunos, pais e encarregados de educação, professores, assistentes e parceiros institucionais, num processo que valoriza os princípios democráticos. Para tal, recorrem-se a momentos de diálogo que podem assumir diferentes formatos, como fóruns temáticos, reuniões gerais ou encontros específicos de grupos profissionais.

A vertente curricular de Cidadania e Desenvolvimento configura-se como um eixo transversal, que favorece a articulação entre disciplinas e uma abordagem interdisciplinar. Envolve contributos de várias áreas do currículo e de diferentes ofertas formativas, cujos conteúdos são relacionados com os temas definidos na Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola. Esta articulação é concretizada através da realização de projetos desenvolvidos pelos alunos de cada turma. A utilização de metodologias ativas, em particular o trabalho de projeto, revela-se especialmente adequada para a implementação desta componente curricular.

3. ENQUADRAMENTO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

A variedade de metodologias e práticas pedagógicas desenvolvidas na escola deve favorecer a vivência prática da cidadania, através de experiências de participação adequadas às diferentes etapas de educação e ensino. Pretende-se privilegiar abordagens centradas nos alunos, que estimulem a reflexão crítica e a capacidade de agir sobre o contexto onde se inserem. As metodologias apoiadas na identificação e resolução de problemas envolvem os alunos na tomada de decisões relativas a questões que lhes são

próximas, promovendo aprendizagens significativas e contribuindo para a sua formação integral.

As atividades a implementar devem:

- Ter continuidade ao longo do tempo, evitando ações isoladas ou pontuais;
- Estar integradas no currículo, tanto nas atividades letivas como nas não letivas, bem como nas rotinas diárias da escola e na sua relação com a comunidade;
- Favorecer a inclusão de todos os alunos;
- Recorrer a metodologias ativas, proporcionando ocasiões para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
- Estar alinhadas com os princípios e orientações definidos nos documentos estruturantes da escola;
- Estabelecer relações de colaboração com as famílias e com a comunidade envolvente;
- Assentar em processos de monitorização e avaliação que assegurem a eficácia das ações e estimulem a participação.

4. DOMÍNIOS, TEMAS E APRENDIZAGENS POR CICLO E ANO DE ESCOLARIDADE

A operacionalização das ações previstas nesta Estratégia concretiza-se através das atividades curriculares desenvolvidas nas diversas disciplinas e áreas disciplinares, com especial relevância para a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, bem como através das iniciativas e projetos inscritos no Plano Anual de Atividades.

Importa ter presente que esta disciplina dispõe de uma carga horária reduzida, o que implica uma seleção criteriosa das atividades a realizar em cada aula, assegurando simultaneamente o cumprimento dos temas e domínios previstos e a articulação com projetos de âmbito mais alargado da Escola. A disciplina de Cidadania e Desenvolvimento deve integrar Domínios de Autonomia Curricular e outras formas de gestão flexível do currículo, promovendo práticas centradas nos alunos enquanto participantes ativos e responsáveis pelo seu próprio percurso formativo, criando oportunidades para aprendizagens significativas. Neste contexto, o foco principal deve recair sobre o processo de trabalho e as metodologias adotadas, mais do que sobre o produto final resultante.

No que respeita à Educação Pré-escolar, a abordagem à Cidadania deve ser entendida de forma global atendendo às características e idade das crianças e aos contextos educativos

No 1.º Ciclo do Ensino Básico, a abordagem à Cidadania e Desenvolvimento encontra-se integrada de forma transversal no currículo, ficando a sua implementação a cargo do(a) educador(a) e do(a) professor(a) titular de turma.

Nos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, e no Ensino Secundário (regular) a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento faz parte integrante das matrizes curriculares, conforme definido no Despacho n.º 55/2018, de 6 de julho. Embora constituída como disciplina autónoma, deve funcionar como espaço de articulação interdisciplinar, nomeadamente no âmbito do Conselho de Turma, sempre que se justifique a ligação entre conteúdos e aprendizagens de diferentes áreas disciplinares.

No Ensino Profissional, a componente de Cidadania e Desenvolvimento é desenvolvida de modo transversal ao currículo, beneficiando do contributo de várias disciplinas que colaboram na construção e desenvolvimento das aprendizagens relativas à cidadania.

No Agrupamento de Escolas de Silves foram definidos os temas a trabalhar em cada ciclo de acordo com a seguinte organização:

Grupo	Dimensão	1.º Ciclo				2.º Ciclo		3.º Ciclo			E. Secundário		
		1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano	11º Ano	12º Ano
1	Direitos Humanos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Democracia e Instituições Políticas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Desenvolvimento Sustentável	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Literacia Financeira e Empreendedorismo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2	Pluralismo e Diversidade Cultural			X					X				X
	Media				X			X			X		
	Saúde	X					X			X	X		

Risco e Segurança Rodoviária		X			X					X	
------------------------------	--	---	--	--	---	--	--	--	--	---	--

5. PARCERIAS

A colaboração com entidades externas à escola desempenha um papel essencial no desenvolvimento de projetos, pois permite que os alunos aprendam através de desafios do mundo real. Desta forma, ultrapassam os limites da sala de aula e da própria escola, compreendendo que as suas decisões e ações têm impacto não apenas no seu futuro individual, mas também no futuro coletivo.

Os projetos desenvolvidos no âmbito da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, bem como outros promovidos ao nível do Agrupamento, podem ser realizados em parceria com diversas entidades com as quais o Agrupamento de Escolas de Silves já mantém protocolos e colaborações, nomeadamente:

- APEXA
- Associação de Pais e Amigos de São Bartolomeu de Messines e S. Marcos
- APAESilves
- Associação Extremo Sul
- Associação Socorros Mútuos João de Deus
- Bombeiros Voluntários de S. Bartolomeu de Messines
- Bombeiros Voluntários de Silves
- Câmara Municipal de Silves / Biblioteca Municipal de Silves
- Casa do Povo de Messines
- Centro de Saúde de Silves (saúde escolar)
- Conservatório de Artes de Lagoa
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Silves
- Escola Segura / GNR
- Farmácia Algarve
- Instituto de Apoio à Criança
- Instituto Piaget de Silves
- Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes
- Juntas de freguesia de Silves, S. Marcos da Serra, S. Bartolomeu de Messines e Armação de Pêra
- Lyons de Silves

- Proteção Civil
- Rotary de Silves
- Silves Futebol Clube
- Universidade do Algarve



Os projetos de educação para a cidadania podem igualmente ser desenvolvidos em parceria com outras instituições, de âmbito nacional ou internacional. As Bibliotecas Escolares, enquanto centros de recursos e de conhecimento, representam uma estrutura de apoio fundamental na concretização desses projetos, favorecendo ainda a articulação com os diferentes parceiros do Agrupamento.

6. AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS

Os critérios de avaliação para a componente de Cidadania e Desenvolvimento são definidos pela Equipa de Estratégia e Educação para a Cidadania da Escola e validados pelo conselho pedagógico, devendo considerar-se:

- a) o impacto da participação dos/as alunos/as nas atividades realizadas na escola e na comunidade;
- b) as competências de natureza cognitiva, pessoal, social e emocional, desenvolvidas e demonstradas através de evidências.

Os/As docentes desta componente devem recorrer a metodologias e instrumentos de avaliação diversificados, valorizando as modalidades diagnóstica e formativa, como meio de regulação das aprendizagens e de contextualização face aos objetivos elencados na EECE.

No final de cada período/semestre letivo, estes deverão constituir a base da avaliação sumativa - juízo global sobre as aprendizagens realizadas pelos/as alunos/as, sendo:

- avaliação qualitativa no 1.º CEB;
- avaliação quantitativa nos 2.º e 3.º CEB;

- no ensino secundário, não é objeto de avaliação sumativa, sendo a participação nos projetos desenvolvidos neste âmbito registada no certificado do aluno.

7. AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

A avaliação da Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola (EECE) decorre em duas fases distintas.

A monitorização e avaliação contínua, realizada ao longo do ano letivo, é da responsabilidade da equipa de Cidadania na Escola, designada pelo Diretor e em articulação com o Conselho Pedagógico. Neste âmbito, será aplicado um inquérito de monitorização da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, destinado a avaliar o desenvolvimento e o impacto das diferentes ações, bem como a forma como estas se interligam na promoção do sucesso dos alunos. Este processo permitirá ainda verificar a articulação entre a EECE, as restantes áreas disciplinares e não disciplinares, o Plano Anual de Atividades e os objetivos do Projeto Educativo, possibilitando a validação e/ou a redefinição das linhas de atuação e a apresentação de propostas de melhoria.

No final do ciclo avaliativo, a avaliação global da EECE realiza-se em consonância com o processo de autoavaliação do Agrupamento. Poderão, para o efeito, ser constituídos painéis com a participação dos diferentes intervenientes na execução do Plano Estratégico — alunos, docentes, pessoal não docente e encarregados de educação. As conclusões resultantes desses painéis servirão de base à validação e/ou reajuste das linhas de ação, tendo como propósito último garantir

um conjunto de direitos e deveres que devem ser transmitidos na formação das crianças e jovens portugueses, de modo a que, no futuro, sejam adultos com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização dos valores e princípios da cidadania nacional (cf. Preâmbulo do Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio).

“Educar a mente sem educar o coração não é educação.”

Aristóteles

O coordenador de Educação para a Cidadania do AES

Aprovado pelo Conselho Geral em 18 de novembro de 2025

A Presidente do Conselho Geral